Geografia: Conceitos e Temas

ORGANIZADORES

Iná Elias de Castro Paulo Cesar da Costa Gomes

Roberto Lobato Corrêa

bertrand brasil

O CONCEITO DE REGIÃO E SUA DISCUSSÃO

Paulo Cesar da Costa Gomes
Professor do Departamento de Geografia, UFRJ

Evitemos de imediato a sedutora tentação de procurar responder definitivamente à questão — o que é a região — estabelecendo uma validade restritiva para este conceito, como se a ciência fosse um tribunal onde se julgasse o direito de vida e de morte das noções. Parece bem mais salutar começar justamente pelo oposto, reconhecendo a existência da noção de região em outros domínios, que não os da ciência e, o mais importante, reconhecendo, ao mesmo tempo, a variedade de seu emprego no âmbito da própria ciência e particularmente na geografia. Reconhecer aqui significa mais do que simplesmente assinalar a existência, significa aceitar seu uso, ser inclusivo destes outros meios de operar com esta noção, enfim, significa conceber nesta multiplicidade a riqueza e o objeto propriamente de uma investigação científica.

Esta concepção tem importantes conseqüências: em primeiro lugar, o conhecimento científico perde o caráter de matéria nor-

mativa, de única representação "verdadeira" da realidade; em segundo lugar, ao invés da busca de conceitos "puros", a ciência, e neste caso a geografia, deve procurar nos diferentes usos correntes do conceito de região suas diferentes operacionalidades, ou seja, os diferentes recortes que são criados e suas respectivas instrumentalidades; finalmente em terceiro lugar, nesta perspectiva pode-se avançar sem ser mais um ator nesta trama que tantas vezes se transformou em um campo de controvérsias na geografia sobre a "melhor" definição para o conceito de região. Ao observar este campo de controvérsias, sem estabelecer um *a priori*, poderemos compreender as raízes dos debates mais profundamente vividos pelo Pensamento Geográfico, reconhecendo, ao mesmo tempo, o domínio particular sob o qual incide e opera esta noção nos debates geográficos.

Dentro desta visão, cumpre antes de mais nada discernir os sentidos diferentes que podem existir na noção de região nas diversas esferas onde ela é utilizada, no senso comum, como vocábulo de outras disciplinas e, o mais importante, na variedade de acepções que ela possui na geografia. É necessário também paralelamente religar estas significações aos diversos contextos no qual esta noção serve como elemento-chave de um sistema explicativo, contextos políticos, políticos-institucionais, econômicos e culturais.

ALGUNS IMPORTANTES ANTECEDENTES

A palavra região deriva do latim *regere*, palavra composta pelo radical *reg*, que deu origem a outras palavras como regente, regência, regra etc. *Regione* nos tempos do Império Romano era a denominação utilizada para designar áreas que, ainda que dispusessem de uma administração local, estavam subordinadas às regras gerais e hegemônicas das magistraturas sediadas em Roma. Alguns filósofos interpretam a emergência deste conceito como

uma necessidade de um momento histórico em que, pela primeira vez, surge, de forma ampla, a relação entre a centralização do poder em um local e a extensão dele sobre uma área de grande diversidade social, cultural e espacial. A contribuir com esta interpretação existe também o fato de que outros conceitos de natureza espacial tenham sido enunciados nesta mesma época, como o conceito mesmo de espaço (*spatium*), visto como "contínuo", ou como intervalo, no qual estão dispostos os corpos seguindo uma certa ordem neste vazio, ou ainda o conceito de província (*provincere*), áreas atribuídas ao controle daqueles que a haviam submetido à ordem hegemônica romana. Desta forma, os mapas que representam o Império Romano são preenchidos pela nomenclatura destas regiões que representam a extensão espacial do poder central hegemônico, onde os governadores locais dispunham de alguma autonomia, em função mesmo da diversidade de situações sociais e culturais, mas deviam obediência e impostos à cidade de Roma.

O esfacelamento do Império Romano seguiu, a princípio, estas linhas de fraturas regionais e a subdivisão destas áreas foi a origem espacial do poder autônomo dos feudos, predominante na Idade Média. À mesma época, a Igreja reforçou este tipo de divisão do espaço, utilizando o tecido destas unidades regionais como base para o estabelecimento de sua hierarquia administrativa. Também neste caso a rede hierarquizada dos recortes espaciais exprimia a relação entre a centralização do poder, as várias competências e os níveis diversos de autonomia de cada unidade da complexa burocracia administrativa desta instituição.

O surgimento do Estado moderno na Europa recolocou o problema destas unidades espaciais regionais. Um dos discursos predominantes na afirmação da legitimidade do Estado no século 18 é o da união regional face a um inimigo comercial, cultural ou militar exterior. Nos diversos relatos históricos referentes à constituição dos Estados europeus, podemos observar com clareza a

complexidade das negociações e dos conflitos que envolveram a redefinição da autonomia do poder, da cultura, das atividades produtivas e de seus limites territoriais. Fundamentalmente, a questão que se recoloca é a mesma que deu origem ao conceito de região na Antiguidade Clássica, ou seja, a questão da relação entre a centralização, a uniformização administrativa e a diversidade espacial, diversidade física, cultural, econômica e política, sobre a qual este poder centralizado deve ser exercido. Este período da formação dos Estados-Modernos assistiu, pois, ao renascimento das discussões em torno dos conceitos de região, nação, comunidades territoriais, diferenças espaciais etc. Foi também neste momento que um campo disciplinar especificamente geográfico começou a tomar forma, aí incluindo exatamente este tipo de questão e de conceitos.

Através desta breve reconstituição histórica podemos perceber três principais conseqüências: a primeira é que o conceito de região tem implicações fundadoras no campo da discussão política, da dinâmica do Estado, da organização da cultura e do estatuto da diversidade espacial; percebemos também que este debate sobre a região (ou sobre seus correlatos como nação), possui um inequívoco componente espacial, ou seja, vemos que o viés na discussão destes temas, da política, da cultura, das atividades econômicas, está relacionado especificamente às projeções no espaço das noções de autonomia, soberania, direitos etc., e de suas representações; finalmente, em terceiro lugar, percebemos que a geografia foi o campo privilegiado destas discussões ao abrigar a região como um dos seus conceitos-chave e ao tomar a si a tarefa de produzir uma reflexão sistemática sobre este tema.

A contemporaneidade é também inspiradora deste tipo de discussão. Assistimos hoje no mundo à redefinição do papel do Estado, à quebra de pactos territoriais que moldaram o mundo nos últimos anos, ao ressurgimento de questões "regionais" no seio dos Estados e à manifestação, cada vez mais acirrada, de naciona-

lismos/regionalismos fragmentadores. No mundo atual, unido por uma nova centralidade dos focos hegemônicos de uma política-econômica imposta pelo capitalismo mundial, vemos mais uma vez surgir com força, um novo momento de reflexão destes temas: da política, da cultura, das atividades econômicas, atrelados à questão espacial da centralidade e uniformização em sua relação com a diversidade e o desejo de autonomia. Antes, no entanto, de tratarmos um pouco mais minuciosamente deste momento, vejamos algumas das mais importantes perspectivas que têm predominado no entendimento da região.

OS DIVERSOS DOMÍNIOS DA NOÇÃO DE REGIÃO

Na linguagem cotidiana do senso comum, a noção de região parece existir relacionada a dois princípios fundamentais: o de localização e o de extensão. Ela pode assim ser empregada como uma referência associada à localização e à extensão de um certo fato ou fenômeno, ou ser ainda uma referência a limites mais ou menos habituais atribuídos à diversidade espacial. Empregamos assim cotidianamente expressões como — "a região mais pobre", "a região montanhosa", "a região da cidade X", como referência a um conjunto de área onde há o domínio de determinadas características que distingue aquela área das demais. Notemos que como simples referência não exigimos que esta noção se defina sempre em relação aos mesmos critérios, que haja precisão em seus limites ou que esteja referida sempre a um mesmo nível de tamanho ou escala espacial.

A região tem também um sentido bastante conhecido como unidade administrativa e, neste caso, a divisão regional é o meio pelo qual se exerce freqüentemente a hierarquia e o controle na administração dos Estados. Desde o fim da Idade Média as divisões administrativas foram as primeiras formas de divisão territorial presentes no desenho dos mapas. Ainda que muitas vezes sob

denominações diversas (*Régions*, na França, *Provincias*, na Itália ou *Laender*, na Alemanha), o tecido regional é freqüentemente a malha administrativa fundamental que define competências e os limites das autonomias dos poderes locais na gestão do território dos Estados modernos. Muitas instituições e empresas de grande porte também utilizam este tipo de recorte como estratégia de gestão dos seus respectivos negócios dentro do mesmo sentido de delimitação de circunscrições e hierarquias administrativas.

Nas ciências em geral, como na matemática, na biologia, na geologia etc., a noção de região possui um emprego também associado à localização de um certo domínio, ou seja, domínio de uma dada propriedade matemática, domínio de uma dada espécie, de um afloramento, ou domínio de certas relações como, por exemplo, na biogeografia, inspirada na ecologia, onde dividimos a Terra segundo associações do clima, da fauna e da flora em diversas regiões (região australiana, região neártica, região paleártica etc). Neste caso, é possível perceber que o emprego da noção de região está bem próximo de sua etimologia, ou seja, área sob um certo domínio ou área definida por uma regularidade de propriedades que a definem.

Na geografia, o uso desta noção de região é um pouco mais complexo, pois ao tentarmos fazer dela um conceito científico, herdamos as indefinições e a força de seu uso na linguagem comum e a isto se somam as discussões epistemológicas que o emprego mesmo deste conceito nos impõe. Uma das alternativas encontradas pelos geógrafos foi a de adjetivar a noção de região para assim diferenciá-la de seu uso pelo senso comum. Ao tentar precisar, no entanto, o sentido do conceito de região através de associações, surgiram outros debates que interrogam mesmo a natureza, o alcance e o estatuto do conhecimento geográfico. São estes debates que passaremos a privilegiar aqui, tomados sob o prisma da discussão regional.

Bem antes de a geografia alcançar prestígio e importância no terreno acadêmico, a geologia, em meados do século 19, através de Lyell na Inglaterra e de Beaumont na França, havia reunido

uma larga assistência. Um dos conceitos-chave desta geologia foi o de região. Quando, por exemplo, Vidal de La Blache, em 1903, escreveu o *Tableau de la géographie de la France*, a inspiração da divisão regional, tal qual apresentada nesta obra, tinha ecos de sua leitura dos geólogos. Segundo CLAVAL (1974), foi em parte sob esta inspiração da geologia, pela consideração da região como um elemento da geografia física, um elemento da natureza, que surgiu a idéia de região natural. Havia também antecedentes desta concepção na própria geografia do século 18, pois as bacias hidrográficas foram vistas como demarcadores naturais das regiões durante um bom tempo, como ilustra a importância e aceitação do trabalho de P. Buache de 1752 sobre este tema.

Em 1908, L. Gallois, discípulo de Vidal de La Blache, escreveu uma obra intitulada *Régions naturelles et noms de pays*, onde buscava a relação entre as tradicionais regiões galo-romanas e uma certa unidade fisionômica natural básica. Para ele, estas divisões físicas da superfície terrestre eram o quadro de estudos da geografia humana e neste sentido havia uma aceitação implícita de sua parte de que a influência da região natural é decisiva na configuração de uma sociedade, ainda que em seu texto ele afirme diversas vezes que "entre as condições impostas à atividade humana, além do relevo do solo e do clima, existem outras igualmente necessárias: de posição, de facilidade de comunicação e todo um conjunto de causas que corresponde em cada época a um estágio de civilização determinado" (GALLOIS, 1908, p. 234).

O conceito de região natural nasce, pois, desta idéia de que o ambiente tem um certo domínio sobre a orientação do desenvolvimento da sociedade. Surge daí o primeiro debate que tem a região como um dos epicentros, o conhecido debate entre as determinações e as influências do meio natural. Contra esta perspectiva de um meio natural "explicativo" das diferenças sociais e do conjunto da diversidade espacial, L. Fébvre, em 1922, forja a expressão "possibilismo", que pretende ser uma resposta definitiva à idéia de estabelecer leis gerais e regras, tendo por base o ambiente natural. A natureza pode influenciar e moldar certos gêneros de vida, mas

é sempre a sociedade, seu nível de cultura, de educação, de civilização, que tem a responsabilidade da escolha, segundo uma fórmula que é bastante conhecida — "o meio ambiente propõe, o homem dispõe". A região natural não pode ser o quadro e o fundamento da geografia, pois o ambiente não é capaz de tudo explicar. Segundo esta perspectiva "possibilista", as regiões existem como unidades básicas do saber geográfico, não como unidades morfológica e fisicamente pré-constituídas, mas sim como o resultado do trabalho humano em um determinado ambiente. São assim as formas de civilização, a ação humana, os gêneros de vida, que devem ser interrogados para compreendermos uma determinada região. São eles que dão unidade, pela complementariedade, pela solidariedade das atividades, pela unidade cultural, a certas porções do território. Nasce daí a noção de região geográfica, ou região-paisagem na bibliografia alemã e anglo-saxônica, unidade superior que sintetiza a ação transformadora do homem sobre um determinado ambiente, este deve ser o novo conceito central da geografia, o novo patamar de compreensão do objeto de investigação geográfica.

A partir de então uma série de monografias regionais são produzidas, seguindo um plano mais ou menos constante. Neste plano se deve começar pela descrição das características físicas seguida da descrição da estrutura da população e de suas atividades econômicas. O objetivo final é encontrar para cada região uma personalidade, uma forma de ser diferente e particular. De fato neste caso, não se pode identificar *a priori* os traços distintivos responsáveis pela unidade regional, pode ser o clima, a morfologia, ou qualquer outro elemento, a partir do qual uma comunidade territorial cria uma forma diversa de se adaptar, um gênero de vida. A geografia regional francesa nos ensina, por exemplo, que na identificação da Borgonha o fundamental é o quadro histórico; nos Pirineus mediterrânicos, o clima; na Picardia o relevo; e assim sucessivamente. O fundamental é que estamos diante de um produto único, sintético, formado pela inter-relação destes fatores combinados de forma variada.

A região é uma realidade concreta, física, ela existe como um quadro de referência para a população que aí vive. Enquanto realidade, esta região independe do pesquisador em seu estatuto ontológico. Ao geógrafo cabe desvendar, desvelar, a combinação de fatores responsável por sua configuração. O método recomendado é a descrição, pois só através dela é possível penetrar na complexa dinâmica que estrutura este espaço (VIDAL DE LA BLACHE, 1921). Além disso, é necessário que o pesquisador se aproxime, conviva e indague à própria região sobre sua identidade. Daí a enorme importância do trabalho de campo, momento onde o geógrafo se aproxima das manifestações únicas da individualidade de cada região. Este é o quadro característico daquilo que convencionalmente ficou conhecido como a "Escola Francesa de Geografia", perspectiva predominante nos primeiros cinqüenta anos deste século na França e modelo largamente "exportado" ao exterior, com grandes repercussões no Brasil, por exemplo, para onde vieram diversos professores e pesquisadores franceses nos anos trinta e quarenta criar a base universitária da geografia.

Apesar de este modelo ser identificado quase sempre à "Escola Francesa", a verdade é que esta forma de pensar a atividade geográfica se desenvolveu, com pequenas diferenças, também em outras escolas nacionais. Na Alemanha, que juntamente com a França foi, desde o final do século 19, o grande foco produtor de uma reflexão geográfica, o maior defensor de uma geografia regional, como síntese do trabalho geográfico foi o influente geógrafo A. Hettner. Tendo seguido uma formação filosófica de influência neo-kantista, este geógrafo acreditava que o método das ciências humanas não poderia se comparar àqueles recomendados pelo domínio do positivismo clássico, dominante nas ciências físicas e matemáticas e que pretendia ser o único método efetivamente científico.

Um dos autores mais conhecidos desta escola neo-kantista, Dilthey estabelecia que para as "ciências do espírito" (ciências

humanas e sociais) o único meio para a produção do conhecimento era a descrição e a interpretação. Para estas ciências a metodologia básica era a compreensão que se opunha à explicação das ciências físicas e matemáticas. A compreensão exige a proximidade entre o sujeito e o objeto, exige um conhecimento contextualizado, particular e jamais pretende chegar ao patamar das grandes leis ou teorias, características do universo da explicação. Foi também um outro filósofo desta escola que forjou a caracterização de dois tipos fundamentais de ciências: as idiográficas e as nomotéticas. As primeiras, ciências do homem, são descritivas, tratam de fatos não repetitivos, não reprodutíveis e, portanto, sem aspectos regulares que possam fundamentar leis ou normas gerais. Estes fatos só podem ser compreendidos a partir do contexto particular que os gerou, são únicos, não podem ser explicados, mas somente compreendidos à luz de suas particularidades. A ciência nomotética, ao contrário, procura nos fatos aquilo que é regular, geral e comum, estabelece assim modelos abstratos que podem antecipar resultados a partir do conhecimento das variáveis fundamentais que definem um fato ou fenômeno.

Para Hettner, a geografia era uma ciência idiográfica, visto que ela estudava o espaço terrestre e este é diferenciado, não regular e único em cada paisagem. Assim, para ele, a geografia é "a ciência da superfície terrestre segundo suas diferenças regionais" (Cf. MENDOZA, p. 73). A geografia não deve, no entanto, se ocupar unicamente apenas em descrever as diferentes paisagens, como um longo inventário de formas regionais, é necessário interpretar estas formas como o resultado de uma dinâmica complexa. Este ponto foi o núcleo de uma controvérsia com outros geógrafos alemães da época, principalmente com Passarge e Schlüter, que acreditavam que as paisagens deveriam ser analisadas através de seus aspectos formais, seguindo uma morfologia, atribuída a padrões genéticos e funcionais. Notemos que, sob este último ponto de vista, poder-se-ia encontrar regras gerais, padrões de classificação

e, desta forma, um certo nível de generalização. Na perspectiva corológica de Hettner, dificilmente a geografia poderia estabelecer estes padrões de generalização. O princípio da "diferenciação de áreas" conduz irremediavelmente a estabelecer o conhecimento regional como produto supremo do conhecimento geográfico. Ainda segundo Hettner, não havia dicotomia entre uma geografia geral e uma particular, visto que a região seria o objeto que resguardaria o campo mais sistemático do perigo objetivista. Assim, através da região, a geografia garantiria um objeto próprio, um método específico e uma interface particular entre a consideração dos fenômenos físicos e humanos combinados e considerados em suas diferenças locais.

Esta posição de Hettner alcançou maior divulgação através da obra de um outro geógrafo: *The Nature of Geography*, de R. Hartshorne. Neste livro Hartshorne tenta demonstrar que desde Kant, passando por Humboldt e por Ritter, a geografia teria se caracterizado por ser o estudo das diferenças regionais. Este é, pois, o traço distintivo que marca a natureza da geografia e a ele devemos nos ater. O método regional, ou seja, o ponto de vista da geografia, de procurar na distribuição espacial dos fenômenos a caracterização de unidades regionais, é a particularidade que identifica e diferencia a geografia das demais ciências. Há outros campos que estudam os mesmos fenômenos, a geologia, a climatologia, a botânica, a demografia, a economia, a sociologia etc., mas só a geografia, segundo Hartshorne, tem esta preocupação primordial com a distribuição e a localização espacial e este ponto de vista é o elemento-chave na definição de um campo epistemológico próprio à geografia.

Muito embora a perspectiva de Hartshorne se inscreva também na valorização de uma geografia regional, um ponto fundamental o distingue da maior parte dos autores da chamada "Escola Francesa". Para ele, a região não é uma realidade evidente, dada, a qual caberia apenas ao geógrafo descrever. A região é um produto

mental, uma forma de ver o espaço que coloca em evidência os fundamentos da organização diferenciada do espaço. Há em Hartshorne, como em Hettner, a suposição de que o método corológico orienta a geografia para uma unificação de seu campo de pesquisas físico e humano e a região é a síntese destas relações complexas. A região é, ao mesmo tempo, o campo empírico de observação e o campo da verificação das relações gerais. A partir do método regional a dicotomia sistemático-particular desaparece em uma espécie de complementariedade inerente ao próprio conceito de região.

Hartshorne, inspirado pela classificação das ciências de Kant, sugere uma separação entre as ciências sistemáticas de um lado e de outro — a Geografia e a História. O campo sistemático das ciências naturais está mais próximo do modelo nomotético, enquanto as ciências sociais, pelo caráter único dos fenômenos que estudam (os mesmos fatos não se repetem na história; uma montanha, ou um rio nunca é igual a outro) se identificam muito mais ao modelo idiográfico. Todas as disciplinas, no entanto, segundo Hartshorne, devem fazer apelo aos dois procedimentos — nomotético e idiográfico — a ciência, aliás, costuma proceder do particular ao geral. Ele reconhece pois a necessidade de estabelecer esquemas gerais em todos os campos científicos, inclusive na geografia. Entretanto, uma grande parte dos fenômenos observados pela geografia possuir um caráter singular e uma localização única. Desta maneira, a despeito do fato de que a meta fundamental da geografia deva ser o estabelecimento de uma classificação global de regiões, em sistemas genéricos e específicos (a primeira, fruto de uma classificação comparativa; a segunda, uma síntese singular de localizações, HARTSHORNE, 1939, p. 378), estas regiões possuem sempre aspectos que são irredutíveis a qualquer generalização. Esta perspectiva da incontornável singularidade regional de Hartshorne vai se colocar no centro das críticas que a ele serão dirigidas nos anos posteriores. De fato, apesar de uma

argumentação global que valoriza o comportamento nomotético, Hartshorne termina por afirmar a excelência do método regional, das singularidades e dando um lugar de destaque ao único na geografia. Segundo P. Claval,

> "o espaço de Hettner e de Hartshorne acaba sendo concebido como um espaço concreto e a geografia como uma história natural das paisagens terrestres. A curiosidade destes autores se orienta muito mais para uma abordagem idiográfica do que propriamente para uma abordagem nomotética que vai interessar cada vez mais aos geógrafos contemporâneos. (CLAVAL, 1974, p. 121).

A obra de Hartshorne, publicada em 1939, teve grande repercussão e foi durante quase duas décadas a referência fundamental nas discussões metodológicas da geografia. Ela esteve, por isso, no centro das críticas e dos debates que pretenderam renovar a geografia a partir dos anos cinqüenta.

Este período da geografia clássica se fecha por um debate cada vez mais insidioso que recoloca em dúvida os valores e o estatuto de uma ciência idiográfica, comprometida com fatos únicos, com a descrição e com a compreensão e que, ao mesmo tempo, renuncia às leis gerais, às teorias e à explicação (SCHAEFER, 1953). A região é um dos alvos fundamentais deste debate, pois ela foi alçada na geografia clássica a uma posição central, isto é, identificar e descrever regiões foi o projeto fundamental que alimentou a geografia desta época. Este programa de pesquisas geográfico clássico, muito próximo da perspectiva de uma ciência idiográfica, que tinha a região como centro, ficou por isto conhecido como empiricista e descritivo, pelo peso relativamente grande das monografias regionais. É igualmente importante reconhecer que o conceito de região, visto sob esta forma clássica, pôde preservar a unidade fundamental do campo da geografia, instituída sob o for-

mato de discussão da relação homem-meio. No conceito de região, ou sua manifestação, há o pleno encontro do homem, da cultura com o ambiente, a natureza; a região é a materialidade desta inter-relação, é também a forma localizada das diferentes maneiras pelas quais esta inter-relação se realiza. Dessa forma, a região era vista como o conceito capaz de promover o encontro entre as ciências da natureza e as ciências humanas, o produto-síntese de uma reflexão verdadeiramente geográfica.

Segundo Hartshorne, que seguia a orientação de Hettner, esta localização singular do objeto geográfico, no vértice das ciências naturais e sociais, corresponderia à principal propriedade da geografia face às outras ciências. A geografia era assim um ponto de vista, possui uma natureza epistemológica diversa e, portanto, deve proceder segundo um método particular: o método regional.

Como foi dito antes, a crise da geografia clássica coincidiu com uma grande rediscussão da noção de região, da propriedade de um método particular à geografia e de uma natureza distinta do conjunto das outras ciências. As críticas se multiplicaram. Uma das mais importantes diz respeito ao caráter "excepcionalista" (o fato de ver os fenômenos como únicos) do saber geográfico. O argumento fundamental desta crítica é a de que em um mundo sem teorias, sem modelos, todos os fatos são únicos. A geografia assim, através desta perspectiva regional-descritiva, jamais teria alcançado o estatuto verdadeiramente científico, pois se limitava à descrição, sem procurar estabelecer relações, análises e correlações entre os fatos. Ao mesmo tempo, o fato de acreditar que o método regional fosse característico ao saber geográfico também constituía um erro, pois de fato, segundo estes críticos, o método científico é um só, não há pontos de vista diversos, há objetos científicos diferentes. O da geografia é o espaço e seu método é a análise (BERRY, 1964).

Neste sentido, a região não pode ser vista como uma evidência do mundo real-concreto, ela sequer pode pretender existir no

mundo científico sem estar submetida a critérios explícitos, uniformes e gerais. Podemos perceber claramente aqui a ruptura com o senso comum. Para que esta noção de região se torne um conceito científico é absolutamente necessário que haja uma formulação clara de seu sentido, de seus critérios e de sua natureza. O estabelecimento de regiões passa a ser uma técnica da geografia, um meio para demonstração de uma hipótese e não mais um produto final do trabalho de pesquisa. Regionalizar passa a ser a tarefa de dividir o espaço segundo diferentes critérios que são devidamente explicitados e que variam segundo as intenções explicativas de cada trabalho (GRIGG, 1967). As divisões não são definitivas, nem pretendem inscrever a totalidade da diversidade espacial, elas devem simplesmente contribuir para um certo entendimento de um problema, colaborar em uma dada explicação.

É neste sentido que a região passa a ser um meio e não mais um produto. A variabilidade das divisões possíveis é quase infinita, pois são quase infinitas as possibilidades dos critérios que trazem novas explicações, tudo depende da demonstração final a que se quer chegar. Na medida em que os critérios de classificação e divisão do espaço são uniformes, só interessa neste espaço aquilo que é geral, que está sempre presente. O fato particular, o único ou excepcional, não é do domínio da ciência segundo esta perspectiva.

A este conjunto de novas regras chama-se análise regional. Nesta abordagem a região é uma classe de área, fruto de uma classificação geral que divide o espaço segundo critérios ou variáveis arbitrários que possuem justificativa no julgamento de sua relevância para uma certa explicação.

Dentro desta perspectiva surgiram dois tipos fundamentais de regiões: as regiões homogêneas e as regiões funcionais ou polarizadas. As primeiras partem da idéia de que ao selecionarmos variáveis verdadeiramente estruturantes do espaço, os intervalos nas freqüências e na magnitude destas variáveis, estatisticamente mensurados, definem espaços mais ou menos homogêneos —

regiões isonômicas, isto é, divisões do espaço que correspondem a verdadeiros níveis hierárquicos e significativos da diferenciação espacial.

Quanto às regiões funcionais, a estruturação do espaço não é vista sob o caráter da uniformidade espacial, mas sim das múltiplas relações que circulam e dão forma a um espaço que é internamente diferenciado. Grande parte desta perspectiva surge com a valorização do papel da cidade como centro de organização espacial. Desta forma, as cidades organizam sua hinterlândia (sua área de influência) e organizam também outros centros urbanos de menor porte, em um verdadeiro sistema espacial. Toda uma escola de geografia se dedicou, pois, ao estudo do que ficou conhecido como de "regiões polarizadas", ou seja, de um espaço tributário, organizado e comandado por uma cidade. Esta concepção leva Pierre George a afirmar ironicamente que antes, ou seja, na geografia clássica, a região fazia a cidade e agora, na geografia moderna, a cidade faz a região.

Ao estudarmos os fluxos e as trocas que se organizam em um espaço estruturado, ao qual chamamos de região funcional, há naturalmente uma valorização da vida econômica como fundamento destas trocas e destes fluxos, sejam eles de mercadorias, de serviços, de mão-de-obra etc. Se há uma funcionalidade no espaço que remete à integração mesmo ao sistema econômico vigente, é natural que as teorias econômicas que interpretam o desenvolvimento deste sistema, digamos mais claramente, o desenvolvimento do capitalismo, sejam chamadas para justificar esta funcionalidade. Desta forma, a interpretação das regiões funcionais se fez predominantemente de uma forma tributária da interpretação macroeconômica de inspiração neoclássica. Assim o foi na base dos modelos espaciais de Christaller ou de Weber, ou ainda no de von Thünen.

A partir dos anos setenta uma grande onda crítica se fez pre-

sente, argüindo sobretudo o caráter ideológico deste tipo de perspectiva amparada nos modelos econômicos neoclássicos. Efetivamente, nestes modelos duas noções são fundamentais na definição da funcionalidade: a noção de rentabilidade e a noção de mercado. Assim, para estes críticos, a geografia ao produzir regionalizações baseadas nestas noções estaria em verdade colaborando com a produção de um desenvolvimento espacial desigual, visto sob a máscara de uma complementariedade funcional hierárquica. Ao assumir a dinâmica de mercado como pressuposto da organização espacial, estes modelos "naturalizariam" o capitalismo, como a única forma possível de conceber o desenvolvimento social, ao mesmo tempo, em que trabalhavam para a manutenção do *status quo* de uma sociedade desequilibrada e desigual.

Esta corrente crítica, conhecida como geografia radical, argumentava que a diferenciação do espaço se deve, antes de mais nada, à divisão territorial do trabalho e ao processo de acumulação capitalista que produz e distingue espacialmente possuidores e despossuídos. Desta forma, a identificação de regiões deve se ater àquilo que é essencial no processo de produção do espaço, isto é, à divisão sócio-espacial do trabalho (MASSEY, 1978). Qualquer outro tipo de regionalização que não leve em conta este aspecto fundamental passou a ser vista, sob este novo ângulo crítico, como um produto ideológico que visa esconder as verdadeiras contradições das classes sociais em sua luta pelo espaço. Novas regionalizações foram então estabelecidas tendo em vista os diferentes padrões de acumulação, o nível de organização das classes sociais, o desenvolvimento espacial desigual etc. É importante perceber aqui o fato de que, embora recusando o funcionalismo como critério para a divisão do espaço, esta nova corrente radical aceita que a região seja um processo de classificação do espaço segundo diferentes variáveis. Em outras palavras, a controvérsia se dá em relação ao conteúdo, ou seja, em relação à escolha dos critérios, a forma de proceder metodologicamente, no entanto, é preservada.

Outros geógrafos desta corrente, sobretudo aqueles mais influenciados pelo discurso marxista, procuraram estabelecer uma relação estreita entre o conceito de região e os conceitos da economia política marxista. Tal é o caso das regiões vistas como formações sócio-espaciais, que se aproxima, ou coincide, com o conceito de formação sócio-econômica. Para Marx, este último conceito corresponderia aos produtos histórico-concretos dos diversos modos de produção. Cada modo de produção apresenta, pois, um conjunto de formações sócio-econômicas com aspectos particulares, com evoluções diversas, mas que possuem em comum as características que dão unidade ao modo de produção. Cada uma destas unidades deve, pois organizar seu espaço de uma maneira própria, sendo esta a base de uma regionalização, ou do princípio de diferenciação do espaço em cada diferente momento histórico. Surge também deste tipo de reflexão a idéia da região como de uma totalidade sócio-espacial, ou seja, no processo de produção da vida, as sociedades produzem seus espaços de forma determinada e ao mesmo tempo são determinadas por ele, segundo mesmo os princípios da lógica dialética (DUARTE, 1980). A região é, pois, nesta perspectiva a síntese concreta e histórica desta instância espacial ontológica dos processos sociais, produto e meio de produção e reprodução de toda a vida social (SANTOS, 1978).

De fato, da aproximação destes conceitos da economia política com a região não resultou um verdadeiro enriquecimento conceitual, visto que do enxerto dos instrumentos teóricos do materialismo histórico-dialético não surgiu um conceito de região efetivamente operacional e, muitas vezes, a idéia evolucionista e mecanicista predominou revestida de um vocabulário marxista. Freqüentemente, a dialética se transforma em determinação histórica mecânica onde o estatuto da espacialidade poucas vezes adquiriu independência explicativa e, neste vácuo, a totalidade sócio-espacial se transmuta na "velha" idéia da síntese regional, reforçando-se assim as concepções metodológicas da geografia clássica, como aliás nos havia advertido YVES LACOSTE (1977).

Em meados da década de setenta surgiu uma outra corrente crítica que, no entanto, dirigiu sua apreciação sobre outros aspectos. O humanismo na geografia, ao contrário da geografia radical, foi buscar no passado da disciplina elementos que, segundo estes autores, seriam importantes resgatar. Um destes elementos foi a noção de região, vista como um quadro de referência fundamental na sociedade. Consciência regional, sentimento de pertencimento, mentalidades regionais são alguns dos elementos que estes autores chamam a atenção para revalorizar esta dimensão regional como um espaço vivido (PELLEGRINO, 1983; POCHE, 1983; RICQ, 1983). Neste sentido, a região existe como um quadro de referência na consciência das sociedades; o espaço ganha uma espessura, ou seja, ele é uma teia de significações de experiências, isto é, a região define um código social comum que tem uma base territorial (BASSAND e GUINDANI, 1983). Novamente, a região passa a ser vista como um produto real, construído dentro de um quadro de solidariedade territorial. Refuta-se, assim, a regionalização e a análise regional, como classificação a partir de critérios externos à vida regional. Para compreender uma região é preciso viver a região.

A partir deste quadro sumário podemos concluir que a região esteve no centro de diversos debates que ainda hoje animam as discussões epistemológicas da geografia. O primeiro deles é, como vimos, aquele delineado pelas noções de região natural e de região geográfica. O que está em jogo nestas duas noções é o peso diferente atribuído às condições naturais como modelo explicativo para interpretar a diversidade na organização social. Se a geografia se define como o campo disciplinar que analisa a relação entre a sociedade e o meio ambiente, que critérios são definitivos na demarcação da diversidade espacial, aqueles advindos das características naturais ou aqueles definidos pela cultura? Poderíamos encontrar uma solução de consenso ao dizer que se trata de uma relação dinâmica em que há uma reciprocidade de influências ou como disse Vidal de La Blache:

> "O homem faz parte desta cadeia [que une as coisas aos seres] e em suas relações com o que os cerca, ele é ao mesmo tempo ativo e passivo, sem que seja fácil de determinar, na maior parte dos casos, até que ponto ele é um ou outro" (VIDAL DE LA BLACHE, 1921, p. 104).

De qualquer maneira, se ao nível de um discurso de intenções este ponto de vista pôde subsistir, operacionalmente torna-se muito difícil trabalhar em um terreno tão fluido quanto este da reciprocidade. Muitas questões restam a ser respondidas, como, por exemplo, se há uma natureza possível de ser investigada em suas relações com a cultura sem se contaminar com os óculos da própria cultura que envolve o homem? A que tipo de homem estamos nos referindo, ao ser biológico que sofre as pressões do meio ao mesmo título que as outras espécies animais e vegetais (como em Max Sorre) ou estamos falando de um ser social que reveste sua relação biológica de valores e em que estas construções passam a ser o seu verdadeiro "meio ambiente"? Estas e outras questões podem ser respondidas de forma muito diversa e parece que estamos longe de poder afirmar praticamente no trabalho do geógrafo o pretendido consenso proclamado.

De qualquer forma, este momento da geografia foi importante na afirmação de um campo de pesquisas unificado, ou melhor, tanto a região natural quanto a região geográfica significavam a manutenção de uma reflexão que incluía homem e natureza dentro de um mesmo quadro analítico, posição que não poderá ser preservada, a despeito de outros discursos mitificadores na posteridade. Nas concepções predominantes da região que surgem a partir dos anos 50, a tendência é a dissolução da regionalização física e humana como sistemas correspondentes a ordens diferentes, ou como afirmava Gourou, os elementos físicos e os elementos humanos das paisagens não devem ser verdadeiramente vistos como conjuntos estruturados (GOUROU, 1973). Em outras palavras,

a lógica que preside a divisão regional sob o ângulo de uma ordem natural não pode ser enxertada à ordem social e vice-versa, o que resulta em uma renúncia da geografia moderna em ver a região como um objeto sintético que poderia resolver o velho problema dictômico entre a geografia física e a geografia humana.

Outro grande debate que tem repercussões na região é aquele entre os modelos de uma ciência do geral e de uma ciência do singular. No primeiro caso, o modelo é analítico e se destina a produzir leis gerais e medidas objetivas na observação dos fatos estudados. A intenção fundamental é estabelecer uma explicação geral e sua legitimidade está associada ao comportamento objetivo, à capacidade de trabalhar com conceitos abstratos e generalizantes sobre uma base sistemática. Neste caso, a região é vista como o resultado de uma classificação, uma classe de área obtida através da aplicação de um critério analítico de extensão espacial, útil na compreensão de um dado fenômeno ou problema, portanto arbitrariamente concebido para operar em um sistema explicativo (GRIGG, 1965).

Na perspectiva da ciência do singular, o modelo é sintético, os fenômenos são vistos como uma matéria não desmembrável e portanto sua identidade deve ser tomada globalmente em toda a sua complexidade. O trabalho intelectual não se elabora a partir de idéias-conceitos abstratos, produzidos por generalizações, mas a partir de categorias que se definem pela descrição de casos concretos, ou seja, o fenômeno em si é fundador de uma categoria. Este método compreensivo de conhecimento se baseia em descrições detalhadas, obtidas graças a um contato direto e prolongado com a realidade e pela utilização de categorias sintéticas que possuem uma explicabilidade em sua maneira própria e particular de ser. A região neste ponto de vista é concebida como uma realidade auto-evidente, fisicamente constituída, seus limites são, pois, permanentes e definem um quadro de referência fixo percebidos muito mais pelo sentimento, de identidade e de pertencimento, do

que pela lógica (FREMONT, 1976). É esta dualidade que marca o debate entre as propostas conhecidas como Geografia Geral ou Sistemática e Geografia Regional. Nas palavras de Juillard, por exemplo, encontramos claramente este tipo de debate:

> "Existem pois duas abordagens diferentes da realidade geográfica, uma que se aproxima da ecologia e, conseqüentemente, incorpora antes de mais nada os dados das ciências naturais e da sociologia; a outra está ligada sobretudo ao funcionamento do espaço territorial e dá destaque aos dados da economia política (...) Longe de excluírem uma a outra, estas duas abordagens se esclarecem mutuamente, mas somente a segunda permitirá talvez ultrapassar a enfermidade congênita da geografia: sua inaptidão para a generalização" (JUILLARD, 1974).

Finalmente o terceiro debate que identificamos é aquele que pretende saber se é possível identificar critérios gerais e uniformes que estruturam o espaço ou se estes critérios são mutáveis e se definem pela direção da explicação ou das coordenadas às quais o pesquisador faz variar de acordo com suas conveniências explicativas. As regiões são, assim, no primeiro caso, o resultado de uma divisão do espaço que é em princípio submetido essencialmente sempre às mesmas variáveis, definindo-se, pois, através desta divisão um sistema espacial classificatório, uniforme e hierárquico; no segundo caso, as regiões são concebidas como produtos relativos, fruto da aplicação de critérios particulares que operam internamente na explicabilidade daqueles que as propõem, têm, pois, um caráter demonstrativo na comprovação do domínio de certas variáveis no interior de determinados fenômenos.

Após esta discussão sobre os debates propriamente epistemológicos que envolvem a noção de região estamos talvez mais

aptos a retornar à atualidade para examinarmos alguns elementos recentes da discussão.

É moeda corrente hoje no discurso dos geógrafos o conceito de globalização. Em geral, esta palavra expressa a idéia de uma economia unificada, de uma dinâmica cultural hegemônica, de uma sociedade que só pode ser compreendida como um processo de reprodução social global. Este debate incide, pois, sobre as relações antagônicas entre conjuntos de Estados e, sobretudo, no interior deste como uma oposição entre Estado e regiões (CARNEY, 1980; BECKER, 1984; DAMETTE e PONCET ,1980). Muitos foram aqueles que afirmaram que os novos tempos anunciavam o fim das regiões pela homogeneização do espaço ou pela uniformização das relações sociais (LIPIETZ,1977). Segundo esta versão, os movimentos regionais ou regionalistas são em geral vistos como movimentos de resistência à homogeneização, movimentos de defesa das diferenças e por isso contam com a simpatia e a adesão imediata de grande número de pessoas. A simpatia também é em geral estendida a estes movimentos regionais quando se contesta a malha administrativa e gestionária do Estado, como uma manifestação espontânea dos interesses locais face à burocracia esmagadora do poder central, insensível às diferenças e às desigualdades (MARKUSEN, 1981).

Em verdade, falar em simpatia parece vago e este sentimento se alimenta de fato de uma postura ideológica que tem "nos direitos à diferença" seu discurso maior. No entanto, é necessário perceber que este discurso do direito às diferenças, que alimentou tantos movimentos e foi a base de uma ideologia da democracia das minorias, significa também o direito à exclusão. O regionalismo visto sob este ângulo perde um pouco de seu revestimento generoso e pode ser visto como uma legitimação da estranheza, do repúdio e da incapacidade de conviver com a diferença. Por isso, muitos preferem hoje falar do "direito à indiferença", desta possibilidade de gerir a alteridade que, de certo modo, é a possibilidade

de um cosmopolitismo moderno que opõe à noção de comunidade a de cidadão. Este tema tem, aliás, alimentado na sociologia política grandes discussões em torno dos direitos e limites do multiculturalismo no seio de uma mesma comunidade ou ainda dado forma a uma oposição cada vez mais referida entre cultura nacional ou grande cultura *versus* subculturas ou culturas locais. Mais uma vez constatamos a relação de proximidade entre território e política, entre limites territoriais de soberania ou autonomia e, mais uma vez, confirmamos a rede de vínculos que estes debates mantêm com o conceito de região.

Ao mesmo tempo, porém, o discurso regional pode ser também o veículo encontrado por uma elite local para sua preservação, forjando um conflito que reitera sua posição de liderança e seu controle sobre aquele espaço (CASTRO, 1988). Mais grave ainda são as situações bem contemporâneas onde a aspiração da autonomia, baseada em um discurso regionalista, está a serviço de um grupo não exclusivo em uma dada área, que pretende impor uma identidade que o colocará na posição de controle "legítimo" daquele território.

Dissemos no início que a região tem em sua etimologia o significado de domínio, de relação entre um poder central e um espaço diversificado. É hora talvez de estabelecer que na afirmação de uma regionalidade há sempre uma proposição política, vista sob um ângulo territorial. A tão decantada globalização parece concretamente não ter conseguido suprimir a diversidade espacial, talvez nem a tenha diminuído. Se hoje o capitalismo se ampara em uma economia mundial não quer dizer que haja uma homogeneidade resultante desta ação. Este argumento parece tanto mais válido quanto vemos que o regionalismo, ou seja, a consciência da diversidade, continua a se manifestar por todos os lados. O mais provável é que nesta nova relação espacial entre centros hegemônicos e as áreas sob suas influências tenham surgido novas regiões ou ainda se renovado algumas já antigas. Mas o que são estas regiões

hoje em dia, grupos de Estados (Comunidade Européia, Nafta etc.), parcelas subnacionais, como no tradicional estatuto geográfico que coloca a região como alguma coisa entre o local e o nacional, unidades supranacionais com uma forte identidade cultural (mundo árabe)?

Certamente os possíveis recortes regionais atuais são múltiplos e complexos, certamente há recobrimento entre eles, certamente eles são mutáveis, mas ao aceitarmos todos estes recortes como regiões não estaríamos voltando ao sentido do senso comum, de uma noção que tão simplesmente pretende localizar e delimitar fenômenos de natureza e tamanho muito diversos e que, portanto, perde todo o conteúdo explicativo, como conceito?

Não nos demos como tarefa produzir um novo conceito de região, adaptado à contemporaneidade, mas acreditamos ser útil repensar estes pontos acima levantados. De qualquer forma, se a região é um conceito que funda uma reflexão política de base territorial, se ela coloca em jogo comunidades de interesse identificadas a uma certa área e, finalmente, se ela é sempre uma discussão entre os limites da autonomia face a um poder central, parece que estes elementos devem fazer parte desta nova definição em lugar de assumirmos de imediato uma solidariedade total com o senso comum que, neste caso da região, pode obscurecer um dado essencial: o fundamento político, de controle e gestão de um território.